

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM OLHAR VOLTADO AS POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS TECIDAS NO CHÃO DA ESCOLA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-033>

Data de submissão: 06/02/2025

Data de publicação: 06/03/2025

Gilmara Flora de Queiroz Xavier

Mestranda em Políticas Educacionais pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB
E-mail: Gilmara_flora@hotmail.com

Janine Marta Coelho Rodrigues

Professora orientadora: Doutorado e Pós Doutorado - PUC
E-mail: janinecoelho68@gmail.com

RESUMO

A Educação Inclusiva tem sido atualmente alvo de várias discussões, desencadeando sérias implicações educacionais e sociais. Ela pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação, para isso, pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos, sem exceção. Esta pesquisa de mestrado intitulada - A Educação Inclusiva e a Pessoa com Deficiência: um olhar voltado as políticas e práticas educacionais tecidas no chão da escola - encontra-se em andamento e compõe a linha de pesquisa políticas educacionais, pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. O estudo se caracteriza pela abordagem qualitativa e exploratória. A análise das informações obtidas ocorrerá por meio de uma abordagem crítico-reflexiva. Participarão da pesquisa os alunos/alunas, mães ou responsáveis pelos/pelas estudantes e seus respectivos professores/professoras. O problema da pesquisa é posto na seguinte indagação: Diante das leis brasileiras de inclusão a pessoa com deficiência, quais políticas e práticas são tecidas no chão da escola, na perspectiva da Educação Inclusiva? O estudo de campo acontecerá em duas escolas municipais da cidade de João Pessoa- PB: uma situada em bairro de periferia e outra localizada no centro da cidade. Pensar a Educação Inclusiva remete a reflexão da intrínseca relação entre esse fenômeno social e o contexto em que ocorre os desdobramentos curriculares acerca do processo de escolarização da pessoa com deficiência. A escola, como toda instituição, é alterada em conformidade com as modificações sociais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Pessoa com Deficiência. Políticas Educacionais.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno educativo (escolar e não escolar) implica um processo amplo de transformação e desenvolvimento do ser humano em toda sua pluralidade, de modo que o sistema educacional exerce e sofre influências por estar inserido num contexto histórico, social e político. Dessa forma, o mesmo não é neutro, nem tão pouco, apolítico. Portanto, não se pode analisar e discutir educação de forma limitada, voltando os olhares apenas para o interior da instituição de ensino, mas especificamente, para as práticas docentes, desenvolvidas na escola.

Nessa perspectiva, o projeto de pesquisa - **a educação inclusiva e a pessoa com deficiência¹:** **um olhar voltado as políticas e práticas educacionais tecidas no chão da escola** - dialoga com as proposições curriculares e seus desdobramentos nas práticas escolares cotidianas, objetivando trazer contribuições teórico-metodológicas que agucem futuros estudos, considerando que apesar, da educação na perspectiva inclusiva ser um tema bastante discutido no meio acadêmico, é carente de pesquisas com esse aporte teórico. Portanto, seguimos para o entendimento e crítica das relações sociais e para o desenvolvimento da lógica social que determina o funcionamento da escola e os sentidos da escolarização da pessoa com deficiência no contexto atual da educação brasileira.

O interesse em trabalhar o tema e objeto dessa pesquisa inicia-se desde a graduação, a partir de trabalhos desenvolvidos no Curso de Pedagogia. Ao optar por cursar uma segunda área de aprofundamento na área da Educação Especial, os resultados e discussão do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, revela o quanto se faz necessário aprofundar estudos acerca da inclusão da pessoa com deficiência na escola.

A experiência no campo de trabalho, como professora e coordenadora da Educação básica, em escolas públicas e privadas, possibilitou um olhar ainda mais sensível ao cotidiano da escola, que comungou com reafirmação sobre tal opção de objeto investigativo.

Aspecto esse, que abriu um horizonte rico para o desenho metodológico do referido estudo, como a inclusão das mães das crianças e jovens com deficiência no universo da pesquisa. É relevante abordar, que em sua maioria, são mães solas, abandonadas por seus companheiros, que culpabilizam a mulher por não gerar filhos “saudáveis” ou por não aceitarem dividir o trabalho de cuidado básicos, clínicos e educacionais. Sendo elas também que vivenciam diariamente, as lutas pela garantia de

³A expressão “pessoa com deficiência” foi adotada oficialmente a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência^{12 13} (Resolução n. 61/106), assinada, pela ONU, em 30 de março de 2007, a qual entrou em vigor em 03 de maio de 2008, eis que subscrita e ratificada pelo Brasil. Referida Convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro no dia 09 de julho de 2008 (Decreto Legislativo n. 186/2008) e, posteriormente, foi promulgada pela Presidência da República em 25 de agosto de 2009 (Decreto n. 6.949/2009). Referida expressão veio a substituir outras, a saber: “pessoa portadora de deficiência”²⁰ (presente em várias passagens da Constituição Federal de 1988,²¹ como por exemplo: art. 7º, inc. XXXI; art. 23, inc. II; art. 24, inc. XIV; art. 37, inc. VIII; art. 203, incs. IV e V; art. 227, § 2º, e art. 244, caput) e “portador de deficiência” (art. 40, § 4º, inc. I; art. 201, § 1º; art. 227, § 1º, inc. II, da CF/88).

direitos de seus filhos e filhas. Essas mulheres atuaram também nos movimentos sociais, nas constantes lutas que foram fundamentais para os avanços das leis vigentes voltadas aos direitos da pessoa com deficiência à educação, saúde, entre outras áreas.

Sobre esse olhar no cotidiano do chão da escola, vejamos o que coloca Sarmento (2000, p.93) in Garcia (org. 2000)

Cada escola vive no interior de uma ordem que transcende/ donde emanam valores, orientações políticas, símbolos e prescrições normativas e comportamentais. Essa ordem é da totalidade social em que a escola se enraíza. Mas, cada escola joga, no interior dessas transcendências, a realidade imanente da sua própria inserção: a ordem organizacional da escola não é nunca totalmente homóloga da ordem da instituição escolar.

O problema da pesquisa é posto na seguinte indagação: Diante das leis brasileiras de inclusão a pessoa com deficiência, quais políticas e práticas são tecidas no chão da escola, na perspectiva da Educação Inclusiva?

É proposto como objetivo geral, analisar as políticas e práticas tecidas no chão da escola, na perspectiva da Educação Inclusiva a partir do registro das falas produzidas através das entrevistas semiestruturadas realizadas com as alunas/alunos (que apresentam deficiência apenas física), as mães ou responsáveis pelas crianças com deficiência e seus respectivos professores (ambos envolvidos no universo da pesquisa).

Nessa perspectiva, foram elencados três objetivos específicos. São eles: 1) Compreender como são desenvolvidas, as políticas e práticas educativas no chão da escola, na perspectiva da Educação Inclusiva; 2) Conhecer o PPP (documento) da escola, sob a ótica, de como é estruturado nele, as políticas e práticas de inclusão, fazendo uma relação com as falas das mães, alunas/alunos e professores, a partir das entrevistas semiestruturadas); 3) Promover a partir da análise e discussão da pesquisa, conhecimentos teórico-metodológicos, que tragam contribuições para as escolas envolvidas no estudo e para academia a partir de publicações da pesquisa, aguçando o aprofundamento de futuros estudos.

2 METODOLOGIA

O estudo se caracteriza pela abordagem qualitativa e exploratória. A análise das informações obtidas ocorrerá por meio de uma abordagem crítico-reflexiva, com base nos princípios da pesquisa qualitativa, que através das entrevistas semiestruturadas, serão considerados os relatos e respostas dos envolvidos. Ao considerarmos a linguagem como ferramenta de produção de dados, a análise do discurso produzido pode ser responsável pela descrição dos entrevistados, mais do que um retrato fiel

(positivista) de suas afirmações. Afirmamos isso por entender que toda análise textual e/ou discursiva é um processo fortemente ligado ao pesquisador que procede a análise. Rosa e Mackedanz (2021, p. 04). Vejamos a trajetória da pesquisa:

- ✓ O estudo de campo acontecerá em duas escolas municipais da cidade de João Pessoa- PB: uma situada em bairro de periferia e outra localizada no centro da cidade. Será realizado um levantamento quantitativo de alunos e alunas com deficiência física e/ou intelectual, em seguida, será feito um sorteio dos alunos/alunas e suas respectivas mães ou responsáveis e professores que irão participar do universo da pesquisa.
- ✓ Realização dos procedimentos éticos, a partir da autorização dos órgãos competentes para a investigação, termo de consentimento livre e esclarecido aos pais e professores, que aceitarem participar do estudo sobre a garantia do sigilo de sua identidade, mediante a ciência e assinatura do termo;
- ✓ Serão realizadas entrevistas com as mães desses estudantes, objetivando a partir dos relatos, conhecer e analisar as nuances contidas nos registros das falas, sobre as principais dificuldades enfrentadas por elas, ao matricular de seu filho ou filha na rede de ensino regular e como elas veem o trabalho pedagógico realizado pela instituição no que diz respeito ao processo de inclusão desses estudantes;
- ✓ Os estudantes envolvidos na pesquisa participarão de uma entrevista semiestruturada (serão entrevistadas as alunas/os alunos que apresentem apenas deficiência física). Afinal, se a pesquisa é sobre Inclusão, não podemos excluir a voz dessas/desses alunas/alunos.
- ✓ Consulta e análise documental do PPP - Projeto Político Pedagógico e entrevistas semiestruturadas com os professores, buscando conhecer como ocorre a formação continuada dos docentes e como é desenvolvida as adaptações curriculares a partir do PEI (Planejamento Escolar Individualizado);
- ✓ Realização da análise qualitativa dos dados produzidos: a partir da revisão teórica-metodológica, será feita a análise dos dados, seguindo uma ótica epistemológica, que comunguem com a problematização da pesquisa, visando assim, atender aos objetivos propostos;
- ✓ Elaboração da dissertação para qualificação;
- ✓ Defesa da dissertação;
- ✓ Publicação da pesquisa em eventos e periódicos científicos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: IMPORTÂNCIA E PRINCÍPIOS DESAFIOS

Através de uma reflexão histórica percebe-se o quanto as pessoas com deficiência sofreram discriminações da sociedade, que variavam de acordo com as ideologias, crenças num determinado contexto histórico-social da época. Assim, as atitudes voltadas para a educação da pessoa com deficiência, sofreram modificações ao longo do tempo. O conceito de deficiência não era compreendido ou avaliado até o século XVIII, quando era apenas ligado ao misticismo e o ocultismo, sem qualquer base científica sobre sua verdadeira origem.

Na antiguidade clássica, o que mais caracterizava a sociedade era a busca pela perfeição, através da ciência e da arte. Mesmo sabendo-se que na literatura existem poucas referências, a interação com as pessoas com deficiência não existia, essas pessoas eram muitas vezes abandonadas ou eliminadas.

No período da idade média com a difusão do cristianismo, em que os valores versam sobre a dicotomia Deus e diabo, as pessoas, passam a ser segregadas, ou seja, afastadas de qualquer convívio social.

É na Idade Moderna que surge o método científico e o estudo em torno das tipologias, e a concepção das deficiências ganha um significado de doença. Portanto, ao médico cabe o destino do “deficiente”, podendo julgar, salvar ou condenar o indivíduo.

No período contemporâneo é que as pessoas começam a serem pensadas de acordo com as relações que mantém com as outras. E é nesse contexto que as posturas com relação à pessoa com deficiência física e/ou intelectual modificam-se, surgindo as oportunidades educacionais e de integração social.

A educação inclusiva é um tema recorrente no Sistema Educacional Brasileiro, mas somente a partir da década de 70 passou a ser discutida pelos governantes, quando o MEC – Ministério da Educação e Cultura, assume a modalidade da educação especial. Em 1986 a expressão “alunos excepcionais” é substituída por “alunos portadores de necessidades especiais”. Em 1990, o Brasil participa da Conferência Mundial sobre Educação para todos na cidade Jomtiem, na Tailândia, em que é destacado entre os pontos, a necessidade de se prover maiores oportunidades educativas para pessoas com deficiências, que implicarão consequências à educação especial.

Esses avanços foram alcançados pelas extensas lutas de pais de crianças, jovens e adultos com deficiência, através dos movimentos sociais, que dentre várias conquistas tem-se a Declaração de

Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, na Espanha (1994) com o objetivo de facilitar o processo de ensino e aprendizagem desse público.

A atual lei de Diretrizes e Bases da Educação, de número lei n. 9394/96., coloca em termos oficiais, a partir do capítulo V, que todas às crianças, são asseguradas o direito de estar nas escolas. Em 2008, o Brasil adotou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, um grande marco histórico e legislativo nacional no que se refere ao acesso e direitos universais à educação. Essa política orienta as instituições de ensino a respeito da inserção incondicional de todos os alunos e da promoção de estratégias para atender às necessidades educacionais de cada estudante.

Em 2015, para alavancar as políticas de inclusão, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 2015 – também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência – que reúne todos os dispositivos legais anteriores que abarcam os direitos das pessoas com deficiência, incluindo e reforçando a inclusão escolar.

Tomando ainda como parâmetro, a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a mesma tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro com o status de emenda constitucional. O estatuto incuba ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar os sistemas educacionais, para que desenvolvam a acessibilidade, permanência e um atendimento especializado, assim como adaptações razoáveis para garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) compõe a política curricular nacional, no sentido de estabelecer a necessidade de cada ente federado elaborar ou reelaborar seus currículos, delegando as instituições escolares a elaboração do seu Projeto Político Pedagógico ou sua Proposta Pedagógica, no sentido de considerar as necessidades, os interesses e as potencialidades de cada estudante.

Ao discorrer sobre a trajetória histórica da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, é notório que vivemos um momento onde diversos dispositivos legais garantem a inclusão escolar da pessoa com deficiência na rede regular de ensino. É direito legal que todos os estudantes devem aprender juntos, na perspectiva de construção de processos de ensino e aprendizagem que se voltem para as diferentes demandas dos estudantes.

Vale ressaltar que escola inclusiva não se pauta somente em atender os estudantes/pessoas com deficiências, mas é voltada para a perspectiva de atender a toda as demandas presentes no espaço escolar, considerando cada subjetividade humana, o que caminha na contramão da sociedade

capitalista e segregadora em que vivemos. Andrade e Damaceno *apud* Sawaia (2017, p.203-204) nos ajudam a refletir frente à inclusão, partindo de seu oposto, a exclusão:

Quem são os excluídos, disfarçados em incluídos? São aqueles que para denunciarem as injustiças decorrentes da ideologia dominante, necessária para a manutenção do poder de alguns e de um status quo, são ‘inclusos’ no sistema. São os negros que denunciam a escravidão, hoje disfarçada em preconceitos ou discriminações ambíguas. São os deficientes que denunciam a ausência da Saúde Pública e de educação reabilitadora. São os pobres que denunciam a injustiça econômica e a má distribuição.

Todos os estudantes devem aprender juntos, na perspectiva de construção de processos de ensino e aprendizagem que se voltem para as diferentes demandas dos estudantes.

Vejamos uma das concepções de educação de Adorno (2000, p. 141-142), como sendo:

Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isso seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isso é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada como uma sociedade de quem é emancipado.

A colocação de Adorno, nos remete a contradição, entre o currículo trabalhado nas escolas, que mais aprisiona do que liberta. Dessa forma, ao invés de garantir, impede uma educação para todos, direito constituído pelas leis vigentes. Para Adorno, o cenário escolar vivência a barbárie, composta de uma pedagogia segregadora que exclui aqueles que não se igualam aos padrões do “aluno normal”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em andamento, mas precisamente na fase de construção do alicerce epistemológicos e viabilização dos procedimentos éticos. Portanto, os resultados e discussões, dependerão do que for encontrado na pesquisa de campo. Certamente que outras categorias de análises emergirão em dois universos distintos: uma escola situada em bairro de periferia e a outra localizada no centro da cidade, com contextos socioculturais econômicos diversificados.

Ao desenvolver uma pesquisa, faz-se necessário, partir do entendimento que o Estado da arte, representa uma contribuição importante na composição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procura identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática

pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (Romanowski e Ens, 2006, p. 39).

Portanto, buscou-se ampliar o universo da pesquisa bibliográfica, em que foram realizadas consultas nas bases de dados Scielo, Periódicos Capes e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: Políticas Educacionais de Inclusão, Escolarização da pessoa com deficiência, Educação Inclusiva. Está sendo desenvolvido também, um levantamento bibliográfico para a construção do Estado da Arte através de buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), OasisBr e Scientific Electronic Library Online – SciELO.

Como o objetivo da pesquisa é analisar as políticas e práticas educativas de inclusão da pessoa com deficiência, tecidas no chão da escola, estão sendo consultados e analisados, documentos oficiais sobre as leis que legislam sobre os direitos da pessoa com deficiência ao acesso e atendimento pedagógico de qualidade no ambiente escolar. Seguem os referidos documentos: Resolução CNE/CEB nº 2/2011; Declaração de Salamanca. [S.1., s.n.]. 1994. Lei brasileira nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, Estatuto da Pessoa com Deficiência – série legislação nº 200); Lei de Diretrizes e Bases (LDB); Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2017); BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Entre outros documentos que possuam emendas, sendo necessário sua consulta.

A partir das leituras desenvolvidas à luz das epistemologias, constata-se que não se pode pensar a educação de forma limitada, voltando os olhares apenas para o interior da instituição de ensino, mas especificamente, para as práticas docentes, desenvolvidas na escola. Tais questões analisadas discutidas nos estudos, ampliam nossa visão sobre a educação inclusiva, uma vez que traz à tona os fenômenos sociais em que a educação e a escola em particular, estão inseridas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a Educação Inclusiva a luz dessas análises, remete a reflexão da intrínseca relação entre esse fenômeno social e o contexto em que ocorre os desdobramentos curriculares acerca do processo de escolarização da pessoa com deficiência. A escola, como toda instituição, é alterada em conformidade com as modificações sociais. São muitas as nuances existentes na educação inclusiva, incluir é muito mais do que possibilitar o acesso e permanência das pessoas com deficiência na instituição de ensino.

Os estudos epistemológicos vêm trazendo inúmeras contribuições para a construção do desenho teórico-metodológico da pesquisa, como por exemplo, repensar sobre a proposta

metodológica inicial. Outro aspecto crucial foi se tecer um olhar mais crítico-reflexivo voltado ao cotidiano do chão da escola e as nuances existentes nas pesquisas qualitativas, mais especificamente, voltado a complexidade contida nos estudos dos cotidianos, em qualquer área das ciências sociais. Aqui em específico volta-se o foco, para o cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.p. 119-185.
- ADORNO, T.W. e HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- AMBROSINI, T. F. **Educação e Emancipação Humana: uma fundamentação filosófica**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p.378-391 set.2012.
- ANDRADE, P. F. e DAMACENO, A. R. **Políticas públicas de educação inclusiva: reflexões acerca da educação e da sociedade à luz da Teoria Crítica**. Revista Humanidades e Inovação. Canoas, v. 19, n.39, p. 201-220 jan./abr. 2017.
- ANDRADE, F. S. e BUBLITZ, M. D. **Notas Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e a Alteração da Curatela e do Regime de Capacidade**. Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, v. 16, n. 3, p. 707-727, set./dez. 2016.
- ARAUJO, P. C. **O conceito de Currículo Oculto e Formação Docente**. Revista e Estudos, Aplicados em Educação. V. 3, n. 3, p. 29-40, jul./dez. 2018.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2/2011. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 15/10/2023.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 de jul. 2024
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Diário Oficial da União, Brasília, 7 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 10 de jul. 2024.
- Declaração de Salamanca. [S.1., s.n.]. 1994. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 10/08/2024
- FULLAN, M.; HARGREAVES, A. **A Escola como organização aprendente: Buscando uma educação de qualidade**. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- FUMEGALLI, R. C. A. **Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos**. Ijuí-RS, 2012.
- GATTI, B.A. **Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24-54, jan./abr. 2014.
- HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores**. In Vidas de professores. Portugal: Porto Editora, 1992.
- LUDKE, M.; e BOING, L.A. **Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes**. Educação e Sociedade, v.25, n.89, set./dez., 2004.

LUDKE, M. e ANDRÉ, E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: EPU, 2018.

MAZZOTTA, M. J. **Educação Especial no Brasil:** histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez. 208 p.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar.** In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, SEB, 2017.

MARCELO, C. A identidade docente: constantes e desafios. **Formação docente**, Belo Horizonte, vol.01, n.01, p. 109-131, ago./dez. 2009.

NAKATA, Y. S. OLIVEIRA, M.R.F. SILVA, A. T. T. S. **Indústria Cultural e a Instrumentalização da Razão:** o empobrecimento cultural da subjetividade. Revista Humanidades e Educação. Palmas – TO, v. 9, n. 02, p. 240 -254 jan. 2022.

ROSA, L. S. MACKEDANZ, L. **Análise Temática como Metodologia na Pesquisa Qualitativa em Educação em Ciências.** Revista Atos de Pesquisa em Educação / Blumenau, v.16, e8574, 2021.

ROMANOWSKI, J. P. e ENS, R. T. **As Pesquisas Denominadas Do Tipo “Estado Da Arte” Em Educação.** Diálogo Educacional., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SARMENTO, M. J. Quotidiano densos – a pesquisa sociológica dos contextos da ação educativa. In. GARCIA, Regina Leite. **Método; métodos; contra método (São Paulo: Cortez, 2003) e Método: pesquisa com o cotidiano.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SASSAKI, R. K. **Entrevista especial à Revista Integração.** Revista Integração. MEC: Brasília, v.8, n. 20, p.09-17, 1998

SASSAKI, R. K. **Inclusão, o paradigma da próxima década.** Mensagem.

Brasília, v. 34, n.83, p. 29, 1998.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.